

Edite  
Copy  
For E



Carlos Eduardo Sell

## Introdução à sociologia política

Política e sociedade na modernidade tardia

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sell, Carlos Eduardo  
Introdução à sociologia política : política  
e sociedade na modernidade tardia / Carlos  
Eduardo Sell. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.

ISBN 85.326.3401-X

1. Sociologia política 2. Sociologia política –  
Introdução I. Título.

06-6611

CDD-306.2

### Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia política 306.2

*Prof. Marilde Loliola de Menezes*

 EDITORA  
VOZES

Petrópolis

## II

### Ideologias políticas

O campo da política não pode ser descrito apenas como uma realidade voltada para a luta pelo poder. Na atividade política também estão envolvidos determinados valores e princípios que guiam esta atividade. Quando compartilhados por indivíduos, grupos ou organizações sociais e voltados para a ação prática na sociedade, estes ideais, valores e princípios são chamados de "ideologias políticas". Além de sua influência na vida social e política, existe uma segunda razão importante que nos leva a estudar as ideologias políticas. Acontece que estas ideologias também estão presentes, de forma implícita ou explícita, na reflexão de filósofos e cientistas sociais. Muitas vezes a história dos ideais políticos se confunde com a própria reflexão política especializada. Diante deste quadro, além de descrever, criticamente, as principais ideologias políticas que orientaram a vida política na era moderna, este capítulo busca refletir sobre a "validade", por um lado, e sobre os limites e "perigos", de outro, dos ideais de boa sociedade e de organização do Estado que foram sendo forjados ao longo da história da modernidade.

#### 1. CONCEITO DE IDEOLOGIA

A palavra "ideologia" é um dos conceitos mais usados em ciências sociais. O significado desta palavra varia de acordo com a teoria e o autor que a utiliza. Por esta razão, definir com precisão o significado deste conceito é uma tarefa difícil que envolve nosso diálogo com as mais diversas correntes teóricas<sup>1</sup>. Mas, de forma geral, é possível perceber no uso da categoria duas acepções principais que poderiam ser esquematizadas como segue:

---

1. Discussões introdutórias sobre o tema da ideologia podem ser encontradas ainda em: CHAUÍ, Mari-  
lena. *O que é ideologia*. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985; MACRIDIS, Roy. *Ideologias políticas  
contemporâneas*. Brasília: UnB, 1982. Panoramas contemporâneos sobre o tema podem ser aprecia-  
dos em: EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Unesp, 1997; LÖWY, Michael. *Ideologias e ciên-  
cia social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1993; THOMPSON, J. *Ideologia  
e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vo-  
zes, 1995; ZIZEK, S. *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

IDEOLOGIAS	Sentido negativo: falsas idéias
	Sentido positivo: projeto político

O principal autor a utilizar o conceito de ideologia no **sentido negativo** é Karl Marx (1818-1883). Para o filósofo e pensador alemão, ideologia significa um conjunto de falsas representações que tem como objetivo primordial difundir os interesses das classes dominantes. De acordo com Marx, as ideologias são justamente as idéias que as classes proprietárias dos meios de produção difundem para legitimar e perpetuar a sua dominação. De acordo com as palavras de Marx:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a **força material** dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua **força espiritual** dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; as relações materiais dominantes como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação<sup>2</sup>.

Na tradição do pensamento marxista, o conceito de ideologia costuma ser pensado segundo duas interpretações. Para uma visão que poderíamos chamar de "instrumentalista", as ideologias são visões de mundo e representações da realidade elaboradas por agentes da classe dominante para legitimar seu domínio e mascarar os reais fundamentos da sociedade. Já para uma visão "sistêmica", a ideologia é entendida como "ilusão socialmente necessária". A ideologia é fruto do próprio sistema social que não aparece de forma transparente aos olhos dos atores sociais.

Ao lado da compreensão marxista do conceito de ideologia, podemos falar também do **sentido positivo** desta palavra. De acordo com Bobbio<sup>3</sup>, ideologia no sentido positivo "designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos".

2. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 9. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira e José Carlos Bruni. São Paulo: Hucitec, 1846 [1993], p. 72.

3. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Unb, 1995, vol. 1, p. 585.

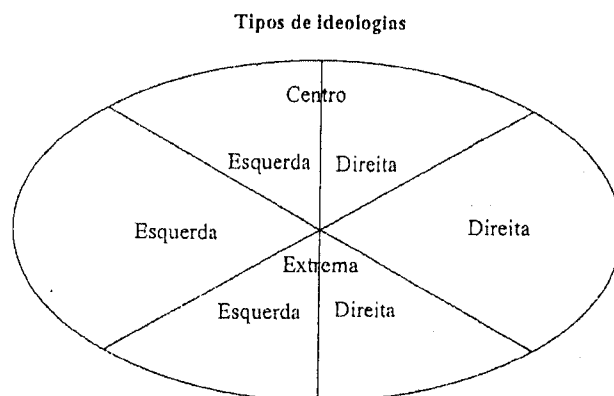
Neste segundo sentido, ideologia significa um conjunto de propostas ou de projetos políticos. Cada ideologia contém uma determinada visão de como deve ser organizada a sociedade e qual deve ser a relação entre a sociedade e o Estado. Estas propostas de organização da sociedade têm um duplo fundamento. Por um lado, elas estão determinadas pelos valores, princípios e visões de mundo. Portanto, pode haver tantas ideologias quantos forem os princípios vistos pelos indivíduos como necessários para organizar a ordem social e política. Por outro lado, as ideologias políticas estão sempre ligadas a grupos sociais, movimentos e partidos políticos. Neste caso, as ideologias serão sempre as orientações que estes diversos atores procuram dar à sua ação política na sociedade.

## 2. OS IDEAIS POLÍTICOS DA PRIMEIRA MODERNIDADE

Ao longo da história moderna e contemporânea, podemos vislumbrar diversos princípios e valores que foram propostos por diferentes movimentos políticos, dando origem a diversos tipos de ideologias. Entre as ideologias que ajudaram a moldar a história do mundo moderno, podemos citar: anarquismo, absolutismo, liberalismo, socialismo, comunismo, social-democracia, nacionalismo, nazismo, fascismo, stalinismo, trotskismo, maoísmo, integralismo, democracia cristã, pacifismo, conservadorismo, populismo e tantas outras. Mas, dentre as diversas concepções de sociedade e Estado que orientaram a vida política da primeira modernidade, três visões se destacaram: o liberalismo, o socialismo e a social-democracia. Ligadas à expansão da Revolução Industrial e do capitalismo, os estudiosos costumam dividi-las segundo um arco que vai da direita à esquerda. De acordo com este esquema, o quadro das ideologias seria o seguinte:

Ideologias na primeira modernidade			
Tipos	Ideologias	Modelo de economia	Modelo de Estado
DIREITA	Conservadorismo		Estado centralizado
	Liberalismo	Capitalismo de livre mercado	Estado mínimo
CENTRO	Social-democracia	Capitalismo regulado pelo Estado	Estado de Bem-Estar Social ( <i>Welfare State</i> )
ESQUERDA	Socialismo/ Comunismo	Substituição do capitalismo pelo comunismo	Estado Planejador
	Anarquismo		Sociedade sem Estado

A intenção deste quadro é mostrar que as ideologias políticas da primeira modernidade estavam relacionadas com os interesses de diferentes grupos sociais (classes) a respeito da organização e do rumo da sociedade industrial. Enquanto determinados segmentos procuraram consolidar as conquistas deste tipo de sociedade, outros buscavam acentuar seus limites e contradições. Mas, apesar da validade didática do esquema acima para a compreensão das principais ideologias políticas da era moderna, ele pode nos induzir a um erro, o de achar que as ideologias são propostas estanques e fechadas, que não têm qualquer relação entre si. Na realidade, não é isso o que acontece, como quer sugerir a representação esférica logo abaixo:



O que este segundo esquema sugere é que as ideologias possuem pontos de contato e podem compartilhar de determinados traços comuns, chegando até a identificar-se. Desta forma, podemos notar que na esfera do centro há uma tendência de "centro-direita" e uma tendência de "centro-esquerda". Seria a centro-direita "liberal-social" ou "social-liberal"? A social-democracia é uma ideologia de centro-esquerda ou está no campo da esquerda, junto com o socialismo? Independentemente das respostas, já podemos notar que este esquema, mais complexo que o anterior, mostra que a divisão de ideologias não é algo tão simples assim. Além do mais, vários autores têm mostrado que as diferenças entre a extrema-esquerda e a extrema-direita desaparecem quando se percebe seu fundamento comum: o fundamentalismo e o uso da violência como estratégia política. Ideologias políticas de extrema-direita como o nazismo e o fascismo, por um lado; e de extrema-esquerda como o stalinismo, por outro, pertencem à família das ideolo-

gias totalitárias, independente dos princípios que alegam defender. De qualquer maneira, estas *nuances* não nos desobrigam da importante tarefa de compreender e destacar as diferenças entre a visão de mundo de "direita", "centro" e "esquerda", tarefa que enfrentaremos nos próximos tópicos.

## 2.1. Liberalismo

Falar do liberalismo hoje é entrar em uma enorme polêmica, pois, segundo alguns críticos, o liberalismo seria a ideologia predominante do mundo globalizado e da era pós-comunista. Procurando evitar estas polêmicas e buscando uma abordagem que não seja maniqueísta, nosso objetivo neste tópico será tão-somente apresentar uma compreensão analítica do liberalismo e de sua influência ao longo da história moderna.

Não se trata de tarefa fácil, pois quase todos os autores e livros que tratam do liberalismo começam fazendo a seguinte afirmação: é muito mais fácil definir o socialismo do que o liberalismo, pois o conjunto de autores e obras que se dizem "liberais" possuem idéias e propostas políticas diferenciadas entre si<sup>4</sup>. Outra discussão a respeito desta vertente ideológica tem a ver com as subdivisões do liberalismo. Enquanto alguns autores preferem falar em um único tipo de liberalismo, outros analistas distinguem entre uma versão política e uma versão econômica do mesmo. O argumento dos primeiros autores consiste no fato de que a liberdade de mercado é apenas uma liberdade entre outras. Por esta razão não faz sentido distinguir entre o aspecto político e o aspecto econômico da visão liberal. Não obstante a validade deste argumento, os autores que tratam de problemas econômicos e políticos são, de forma geral, independentes e, além do mais, os problemas de que trata o liberalismo na esfera econômica e na esfera política são diferentes, razão pela qual optamos por esta divisão. Desta forma, podemos dizer que o liberalismo possui duas variantes principais, representadas no quadro abaixo:

LIBERALISMO	Político (John Locke)
	Econômico (Adam Smith)

Ao falarmos de liberalismo político e liberalismo econômico é evidente que não estamos falando de ideologias distintas. Trata-se da mesma ideologia políti-

4. Veja-se, por exemplo, Bobbio, op. cit., 1995, p. 686.

ca, mas relacionada a problemáticas diferentes. Enquanto o liberalismo político reflete especialmente sobre a relação indivíduo e Estado, o liberalismo econômico procura refletir primordialmente sobre a relação entre mercado e Estado. Enquanto o liberalismo político defende a superioridade do indivíduo em relação ao Estado, o liberalismo econômico defende a superioridade do mercado ante o Estado. Colocando de outra forma: enquanto o liberalismo político postula a não interferência do Estado na vida privada, o liberalismo econômico postula a tese da não interferência do Estado na vida econômica.

O liberalismo político e o liberalismo econômico têm um fundamento comum: a sua visão do Estado. O liberalismo, de forma geral, defende a idéia do “Estado mínimo”, ou seja, ainda que o Estado seja necessário, sua interferência na vida pessoal e econômica deve ser a menor possível. Quanto menor a interferência do poder político nestas duas esferas, maior será o espaço de liberdade dos indivíduos.

O fundador do **liberalismo político** é o pensador inglês John Locke (1632-1704). Na obra chamada *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*<sup>5</sup>, publicada um ano após a revolução gloriosa (de 1688), na Inglaterra, Locke apresenta a idéia de que os indivíduos, através de um contrato social, criam o Estado (sociedade civil) para proteger suas liberdades fundamentais que são a vida, a propriedade e a própria liberdade. O Estado existe apenas para proteger estes direitos, que são inatos e anteriores ao próprio surgimento do Estado. Para o liberalismo político, a sociedade ideal é aquela na qual o Estado interfere do menor modo possível na liberdade dos indivíduos, conferindo-lhes o máximo de autonomia em sua ação. O Estado deve interferir na vida das pessoas apenas para garantir a estas mesmas pessoas suas liberdades e para garantir a fruição destas mesmas liberdades de forma coletiva. Em resumo, o Estado liberal pratica aquela velha máxima do senso comum: minha liberdade termina onde começa a liberdade do outro.

O fundador do **liberalismo econômico** é o filósofo escocês Adam Smith (1723-1790), com uma obra publicada em 1776, chamada *A riqueza das nações*<sup>6</sup>. Para o fundador do liberalismo econômico, o Estado não deve interferir na competição de mercado. Segundo esta visão, quando o mercado atua de acordo com suas próprias regras, sem qualquer interferência externa, o resultado é o aumento da efi-

5. LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Os pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978, p. 31-132.

6. SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 2 vols.

ciência econômica e, como consequência, melhoria das condições de vida dos indivíduos. Os pensadores do liberalismo econômico defendem o princípio do “Estado Gendarme” ou policial, que teria como função principal a proteção da propriedade privada dos cidadãos e sua segurança pessoal. A economia, por sua vez, deveria ser dirigida pelo princípio do *laissez-faire* (deixe-fazer) e do *laissez-passer* (deixe passar): em resumo, pela liberdade irrestrita de mercado. Analisemos, pois, estas duas formas de liberalismo de modo mais detalhado.

### 2.1.1. Liberalismo político

1

O liberalismo político parte da premissa de que quanto menor a interferência do Estado na vida das pessoas, maior será o grau de liberdade dos indivíduos e melhor será a convivência social. Desta forma, pôde-se observar que o liberalismo é essencialmente uma ideologia antiestatal (ou antiestatizante) e, para compreender suas principais características, deve-se analisar sua luta contra o Estado.

Em sua primeira fase, o liberalismo político nasceu da luta da burguesia contra os Estados absolutistas. O Estado absolutista foi a primeira forma assumida pelo Estado moderno. O Estado absolutista nasceu da centralização econômica e política operada pelos reis no final da Idade Média e início da era moderna. As grandes monarquias da época centralizaram o poder e unificaram os diversos feudos em único território, composto pela mesma língua, a mesma moeda e as mesmas tradições culturais. Estes monarcas procuraram aumentar o máximo possível seu poder, tornando-o ilimitado e pleno. Neste contexto, vários teóricos (como os filósofos Thomas Hobbes e Jean Bodin) elaboraram ideologias políticas para apoiar e legitimar os interesses destes governantes. Essas ideologias foram chamadas de absolutistas. O absolutismo é uma ideologia política que parte do princípio de que a melhor forma de governo é aquela na qual o poder do soberano deve ser exercido sem dependência ou controle de outros poderes, sejam eles superiores ou inferiores.

É neste cenário político que surge a obra do fundador do liberalismo político: John Locke. Este filósofo participou ativamente das lutas que levaram o Rei Guilherme II ao trono inglês através da revolução gloriosa de 1688. Através de sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, Locke tratou de legitimar o ato pelo qual o povo inglês depôs um soberano autoritário e entronizou um soberano sujeito às leis e ao parlamento, ao qual este deveria prestar juramento. O liberalismo político tratou de se contrapor ao absolutismo, afirmando que o poder político nasce da vontade dos cidadãos e que o Estado é criado apenas para proteger suas

liberdades fundamentais: a vida, a liberdade individual e a propriedade. O liberalismo, ao contrário do absolutismo, afirma que o poder político (ou poder do Estado) deve ser o mais limitado possível.

Além da revolução inglesa do século XVII, muitos outros acontecimentos políticos da história moderna tiveram uma contribuição fundamental das idéias liberais para sua realização, como a independência dos Estados Unidos da América, em 1776; ou mesmo a Revolução Francesa de 1789. No plano do pensamento político, o liberalismo foi a visão política dominante entre os principais autores do início da era moderna, como Montesquieu<sup>7</sup> (*O espírito das leis*, 1748), Jean Jacques Rousseau<sup>8</sup> (*O contrato social*, 1762), os federalistas americanos (Alexander Hamilton, James Madison e John Jay), Immanuel Kant<sup>9</sup>, Alexis de Tocqueville<sup>10</sup> (*A democracia na América*, 1835), John Stuart Mill<sup>11</sup> (*Sobre a liberdade*) e vários outros. Além de sua enorme influência durante a era moderna, o liberalismo político continuou sendo um dos principais veios de reflexão da filosofia política contemporânea. Entre os principais autores liberais de hoje podemos citar Karl Popper, John Rawls, Robert Dworkin e Robert Nozi.

### 2.1.2. Liberalismo econômico

Além da sua versão política, o liberalismo possui ainda uma dimensão econômica cuja idéia central é a defesa do princípio do livre mercado. A teoria econômica liberal surgiu com o início da formação do sistema econômico capitalista, nos séculos XVI e XVII. De forma geral ela pode ser atribuída a um conjunto

7. MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Saraiva, 2004.

8. ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social*. São Paulo: Nova Abril Cultural, 2000 (Coleção Os pensadores).

9. Sobre Kant, conferir o excelente livro de BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Immanuel Kant*. Brasília: UnB, 1984.

10. TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 2 vols.

11. STUART MILL, John. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: UnB, 1981; STUART MILL, John. *A liberdade. O utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

12. Outros textos que discutem e apresentam o liberalismo político são: BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Unesp, 1994; BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; MANENT, Pierre. *História intelectual do liberalismo: dez lições*. Rio de Janeiro: Imago, 1990; MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991; PAIM, Antonio. *O liberalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Luperj, 1998.

de pensadores que formam, segundo os manuais de economia, a chamada escola clássica. Entre eles cabe nomear especialmente dois autores: David Ricardo (1772-1823) e Adam Smith (1723-1790). Este segundo escreveu, em 1776, uma obra chamada *A riqueza das nações*, onde se encontram os princípios centrais do liberalismo econômico.

Do ponto de vista ético, a teoria de Adam Smith pode ser considerada uma crítica aos fundamentos normativos da Idade Média e suas conseqüências na ordem social, política e econômica. O que Adam Smith procura mostrar é que a essência da moral cristã na esfera privada – o altruísmo (pense primeiro nos outros e depois em você mesmo) – não produz efeitos benéficos na esfera econômica. Pelo contrário, na esfera da economia é o princípio do egoísmo (pense primeiro em você e depois nos outros) que produz efeitos desejáveis para todos. Na verdade, a tese de Adam Smith de que vícios privados são iguais a benefícios públicos já possuía raízes anteriores e já havia sido demonstrada por Mandeville em sua *Fábula das abelhas*. De qualquer forma, a inovação maior de Adam Smith foi demonstrar o papel do mercado na compatibilização dos egoísmos e na sua tradução em benefícios coletivos. Esta é a sua tese central.

Em suas reflexões Adam Smith também argumenta sobre as vantagens da divisão do trabalho. Ele o faz através do exemplo da fabricação de pregos. Enquanto um trabalhador isoladamente, executando as 18 tarefas necessárias para produzir pregos, produz poucas unidades, a divisão das tarefas entre 10 operários leva à fabricação de 48.000 pregos. Além de legitimar a divisão do trabalho com um argumento de ordem empírica e descritiva, Adam Smith também descreve o papel do mercado na geração e aumento de riquezas com um argumento de ordem normativa. Segundo ele, a divisão do trabalho (mercado) não é fruto da sabedoria humana, mas da vontade do homem em trocar, poupar e ganhar. Por isso, conclui Smith:

Será muito mais lógico que o homem procure despertar o amor-próprio de seus semelhantes e provar que é muito mais proveitoso para cada um fazer aquilo que ele quer [...]. Não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do quitandeiro que esperaremos nosso jantar, devemos, isto sim, esperar que atendam seus interesses ao atenderem os nossos. Dirigimo-nos a eles não apelando à humanidade de cada um, nem falando de nossos interesses, mas sim das vantagens que terão<sup>13</sup>.

13. Idem, p. 15-16.

A frase em que Adam Smith resume suas conclusões é famosa e vale a pena ser transcrita:

nesta como em muitos outros casos, ele é levado por uma mão invisível para promover um fim que não era parte de sua intenção. Nem sempre é pior para a sociedade que tal intenção dele não faça parte. Perseguindo seu próprio interesse, ele frequentemente promove aquele da sociedade mais efetivamente do que quando de fato intenta fazê-lo.

Desta forma, Adam Smith forneceu os fundamentos teóricos responsáveis pelo pressuposto básico da concepção liberal de economia. Mais do que um argumento de ordem empírica (a divisão do trabalho e expansão do mercado produz aumento da riqueza), Adam Smith legitima o papel do mercado com um argumento de ordem ético-moral: a propensão do homem ao ganho, pela mediação do mercado, acaba tornando-se benéfica para todos.

A teoria econômica liberal regulou o funcionamento do capitalismo por quase todo século XIX. Mas, na primeira metade do século XX, dois fatores levaram a uma crise das idéias do liberalismo econômico. O primeiro fator é de ordem empírica e tem a ver com a crise do capitalismo que se acentua no decorrer dos anos 20 e 30. Esta crise, por sua vez, pode ser atribuída a duas causas principais. Do ponto de vista externo, o capitalismo estava sendo ameaçado pela concorrência das economias socialistas. Do ponto de vista interno, o capitalismo também vivia um momento de depressão e retração da economia. O auge desta crise é simbolizado pelo *crash* (quebra) da bolsa de valores de Nova York, em 1929. O resultado foi a diminuição da produção, o desemprego em massa e o agravamento dos problemas sociais. Em síntese, estes fatos de ordem empírica pareciam evidências incontestáveis de que a liberdade de mercado e a não interferência do Estado na economia estavam levando o capitalismo na direção de sua autodestruição.

O segundo fator que levou à crise do liberalismo econômico é de ordem teórica e está relacionado com as idéias do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946). Em obras como a *Teoria da moeda* (1930) e a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*<sup>14</sup> (1936), Keynes afirmava que era preciso abandonar os pressupostos da teoria econômica liberal e resolver a crise do capitalismo com a intervenção direta do Estado no funcionamento do mercado. Na verdade, o alvo principal da teoria de Keynes não era o pensamento de Adam Smith, mas de al-

guns autores da escola marginalista e a chamada Lei de Say de que a produção produz sua própria demanda. Segundo a complexa argumentação de Keynes<sup>15</sup>, ocorrem situações (particularmente nas crises) em que a renda dos capitalistas não é investida na produção. Portanto, se forem fiéis apenas aos seus interesses, indivíduos que possuem renda elevada vão preferir poupar e, desta forma, vão prejudicar a produção de bens e, especialmente, a geração de emprego. Esta situação contraria diretamente a premissa fundamental do liberalismo econômico: se cada indivíduo puder perseguir livremente seus fins o mercado garantirá o benefício de todos.

Para corrigir esta deficiência do mercado, Keynes argumentava que o papel do Estado como de agente econômico era fundamental. Caberia às políticas governamentais estimular a produção através de investimentos estatais, incentivando os capitalistas ao investimento e geração de emprego. Além disso, o Estado deveria regular os agentes econômicos através das políticas monetárias, fiscal, taxas de juros e outros instrumentos disponíveis. Com Keynes o mercado passava a funcionar como um agente externo controlando seu funcionamento. Este agente externo é que deveria garantir que o mercado proporcionasse a todos o benefício comum. Desta forma, a premissa básica do liberalismo econômico – mercados livres e auto-reguláveis – foi abandonada e as idéias liberais perderam sua completa hegemonia no mundo econômico.

No decorrer dos anos 70, uma nova onda de transformações econômicas levou a profundas mudanças no funcionamento do capitalismo. Neste período começam a emergir as características do capitalismo contemporâneo, marcado especialmente pela globalização e pela informatização do sistema produtivo, conforme explica Manuel Castells:

Uma nova economia surgiu em escala global nas duas últimas décadas. Chamo-a de informacional e global para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e para enfatizar sua interligação. É **informacional** porque a produtividade e a competitividade [...] dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É **global** porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, as-

15. Para um estudo mais pormenorizado do pensamento de Keynes, pode-se conferir a introdução escrita por SZMRECSÁNYI, Tamás. Keynes. São Paulo: Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 6).

14. KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 2002.

sim como seus componentes [...] estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos<sup>16</sup>.

As transformações no sistema produtivo também provocaram uma profunda crise nas formas de regulação estatal do capitalismo, especialmente das idéias do intervencionismo econômico e do Estado de Bem-Estar Social inspiradas nas premissas keynesianas. É neste contexto que a teoria econômica e os próprios atores políticos iniciam uma retomada das premissas do liberalismo econômico. Daí a expressão "neo" atribuída ao conjunto de autores e teorias do liberalismo econômico contemporâneo. Com isto não estamos querendo afirmar que a teoria econômica é sempre um reflexo direto do que acontece na esfera econômica. Aliás, no caso do neoliberalismo, a teoria vem antes dos fatos, pois as primeiras teorizações e críticas ao intervencionismo econômico já começaram a ser formuladas durante a década de 40 do século passado, em pleno auge das idéias keynesianas. Assim, em 1944, **Friedrich August von Hayek** publica o texto fundador do neoliberalismo: *O caminho da servidão*<sup>17</sup>. Mas é somente com os primeiros sinais de crise do capitalismo (década de 70) que os neoliberais começam a ser ouvidos, especialmente **Milton Friedman**, com sua obra *Capitalismo e liberdade* (1962) e *Liberdade de escolher*<sup>18</sup> (1972).

Não seria possível, dentro dos limites deste trabalho, tentar uma síntese de cada um destes pensadores. Por outro lado, uma visão geral tentando identificar as idéias comuns entre eles corre o risco de violar a identidade e especificidade de cada autor. Por esta razão, vamos nos ater apenas ao primeiro destes teóricos – Friedrich Hayek – procurando ilustrar a partir dele algumas das idéias básicas do neoliberalismo. Na obra *O caminho da servidão*, Hayek critica os regimes totalitários (nazismo, etc.) e afirma que seu fundamento é a planificação da economia que leva necessariamente à tirania. Há uma incompatibilidade entre planificação e democracia e, na visão do autor, isto também se aplica ao Estado de Bem-Estar Social. Já em uma economia de mercado, ao contrário, as decisões de investimento, troca, consumo, poupança, entre outras, são tomadas por agentes econômicos individuais. Na visão do pensador, tentar substituir estas decisões individuais por um agente central – o Estado – seria impossível, dada a enormidade de variáveis a considerar, geran-

do, desta forma, a ineficiência econômica e, principalmente, a restrição da liberdade. Neste sentido, um dos argumentos mais fortes do neoliberalismo é que a liberdade econômica e o próprio mercado são os fundamentos da liberdade política, ou seja, o capitalismo é condição necessária para a democracia.

Com a acentuação das transformações econômicas, nos anos 80, as idéias neoliberais começaram a ser adotadas como políticas estatais por um conjunto de governos, como o da primeira-ministra da Inglaterra Margaret Thatcher e o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Na América Latina, o precursor da adoção de uma política econômica neoliberal teria sido o governo ditatorial do General Augusto Pinochet, no Chile. Nos anos 80, por sua vez, o neoliberalismo teria se tornado hegemônico no continente pela imposição do chamado Consenso de Washington, ou seja, pela implementação de rígidas políticas de austeridade fiscal e privatizações recomendadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e Bird (Banco Interamericano de Reconstrução de Desenvolvimento) que marcaram os governos de Menem na Argentina e Fernando Collor de Mello no Brasil, entre outros<sup>19</sup>.

### 2.1.3. Balanço do liberalismo

Segundo uma interpretação marxista mais ortodoxa, o liberalismo político seria produto ideológico da burguesia na sua tentativa de consolidar seu poder político diante da aristocracia e seu poder econômico diante do proletariado. Ainda que esta visão esteja correta quando mostra a conexão histórica entre as classes sociais burguesas e os ideais liberais, reduzir o liberalismo ao papel de legitimar interesses de grupos sociais é por demais simplista e negligencia os seus reais méritos e valores. Acontece que as experiências autoritárias e totalitárias do século XX (nazismo, fascismo e stalinismo, entre outros) mostraram que a expansão ilimitada do poder estatal coloca em xeque a liberdade do indivíduo. O liberalismo político, ao preconizar a não interferência do Estado na vida privada, tornou-se um valor fundamental da era moderna. Neste sentido, seria quase impossível dizer que não somos todos liberais, pois não há como negar o valor e a importância

16. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, vol. 1, p. 87.

17. HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo: Bibliex, 1994.

18. FRIEDMAN, Milton. *Liberdade para escolher*. São Paulo: Europa América, 1983.

19. A discussão sobre o neoliberalismo foi bastante politizada e polarizada no Brasil durante os anos 90. Entre os bons textos a respeito, veja-se: COMBLIN, José. *O neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000; ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. Baur: Edusc, 2002; VITA, Álvaro de. *Justiça liberal: argumentos liberais contra o neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. Boas apresentações também são encontradas em livros de história do pensamento econômico, como: HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.



da liberdade individual como pressuposto básico de organização de qualquer "boa sociedade".

Isto não quer dizer que o liberalismo também não possua suas deficiências. Como vai mostrar a crítica socialista, o problema do liberalismo é que ele não garante por si só uma existência socialmente digna para os indivíduos. Em outros termos, o liberalismo não contempla em sua teorização o problema da justiça social. Desta forma, a idéia de liberdade fica sendo abstrata e meramente formal, o que levou certos autores a imaginarem – erroneamente – que as idéias liberais se tratavam de mecanismos de legitimação burgueses do mundo. Embora o valor da liberdade seja necessário e imprescindível, não é suficiente para garantir uma sociedade bem ordenada. O liberalismo precisa ser complementado por outros princípios e valores, ainda que isto traga o problema de compatibilizar estes diversos valores entre si.

Mais problemático é fazer o balanço do liberalismo econômico (ou do neoliberalismo). Embora as idéias neoliberais estejam corretas ao demonstrar o descompasso entre a concepção de um Estado projetado para regular economias nacionais e a existência de um mercado globalizado, o princípio de que o mercado é auto-regulável e conduz sempre ao equilíbrio econômico contradiz a própria ordem dos fatos. Acontece que em praticamente todas as economias realmente existentes o Estado é um agente central da esfera produtiva e, como tal, o neoliberalismo é quase uma ficção. Por outro lado, ainda que mercados auto-regulados pudessem ser verdadeiros, também não garantem por si mesmos a existência de uma sociedade com uma distribuição minimamente equitativa dos bens. A justiça social não pode ser produzida automaticamente pelas forças cegas do mercado e, neste caso, a ação consciente da sociedade e do Estado é decisiva para a busca da igualdade social, outro pilar fundamental de uma sociedade bem ordenada. Porém, a reflexão sobre o tema da igualdade ou justiça social é o eixo central das duas outras ideologias políticas que marcaram o desenrolar da modernidade em sua primeira fase: o socialismo e a social-democracia. É sobre elas que vamos discorrer doravante.

## 2.2. Socialismo

Desde o seu início, o socialismo se definiu como um programa político que tinha na superação do capitalismo seu objetivo central. Logo, todas aquelas forças que lutam pela superação do capitalismo e pela construção de um sistema social alternativo seriam as forças da esquerda. Mas, ao falar de socialismo, precisamos

distinguir esta ideologia política tal como ela foi formulada pelo seu principal teórico (Karl Marx) das experiências históricas de construção do socialismo realizadas ao longo da história do século XX, experiências conhecidas como "socialismo real".

### 2.2.1. Modelo de Marx

As indicações que Marx nos fornece sobre as características da futura sociedade comunista são amplas e vagas. No texto *A ideologia alemã*, de 1846, por exemplo, ele afirma que no comunismo não haveria necessidade de uma divisão do trabalho em que cada um dispõe de uma atividade exclusiva e determinada: "a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-se caçador, pescador, pastor ou crítico"<sup>20</sup>. Já nos *Manuscritos de Paris* a formulação dada ao comunismo é mais filosófica, pois Marx o define como "superação positiva da propriedade privada enquanto auto-alienação humana e por isto como apropriação efetivamente real da essência humana pelo e para o homem"<sup>21</sup>.

Dois fatores explicam o caráter vago e amplo com que Marx nos descreve a futura sociedade comunista. Por um lado, ele estava preocupado em distanciar-se dos socialistas utópicos que imaginavam modelos ideais de sociedade que não tinham aplicação prática, além de experiências localizadas. Por outro lado, Marx buscava ser fiel aos procedimentos científicos que buscam descrever o presente e indicar tendências para o futuro, mas não o adivinhar.

Apesar destas dificuldades, os estudiosos de Marx tendem a concordar que dois elementos são essenciais para entender o modo como ele imaginava a futura sociedade comunista: 1) a abolição das classes sociais; 2) a abolição do Estado.

A **abolição das classes sociais** é colocada por Marx desde o início de suas obras, como podemos perceber relendo alguns trechos do *Manifesto do Partido Comunista*. Neste texto, ao refutar o que ele considerava serem preconceitos sobre o comunismo, Marx afirma que "o que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa-

20. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 47.

21. MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. FERNANDES, Florestan. *Marx e Engels*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 168 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 36).

sa"<sup>22</sup>. Ele afirma também que "em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos"<sup>23</sup>. Na visão do autor, com a supressão da propriedade privada, desaparecia também o fundamento da divisão da sociedade em classes sociais.

Com a supressão das classes sociais, Marx afirmava que o Estado também deveria ser superado. Afinal, o Estado é um instrumento da luta de classes, e sua existência não faria sentido em uma sociedade onde não existem mais divisões sociais. Ao comentar sobre a Comuna de Paris, por exemplo, Marx fala da necessidade de "quebrar o Estado": "a classe trabalhadora não pode simplesmente tomar posse da máquina do Estado pronta e fazê-la rodar para os seus próprios propósitos"<sup>24</sup>. Onde não há classe social, não há necessidade de Estado. A **abolição do Estado**, portanto, seria a segunda condição essencial do comunismo.

O estado inacabado com o qual Marx deixou a sua reflexão política provocou muitas divisões e debates entre os estudiosos do marxismo e, especialmente, os membros dos movimentos políticos socialistas. Enquanto alguns ressaltaram os elementos mais democratizantes de seu pensamento, outros destacaram o seu lado autoritário.

Em uma perspectiva democratizante e libertária, destaca-se o texto no qual Marx analisa a Comuna de Paris, levante de operários que aconteceu em 1871 naquela cidade. Neste experimento Marx enxergou uma possibilidade para refletir sobre as características futuras do comunismo: "o seu verdadeiro segredo era este: ela era essencialmente um governo da classe trabalhadora, o resultado da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, na qual podia ser feita a libertação econômica do trabalho"<sup>25</sup>. Entre os elementos essenciais daquela experiência, Marx destacou a necessidade de práticas de democracia direta e a substituição do mandato representativo pelo mandato imperativo (onde os representantes apenas executam as ordens das bases):

A comuna era constituída pelos conselheiros municipais eleitos através do sufrágio eleitoral nos diversos distritos de Paris.

22. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 80.

23. Idem, p. 87.

24. MARX, Karl. A guerra civil na França. In FERNANDES, Florestan. *Marx e Engels*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 293 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 36).

25. Idem, p. 299.

Eram responsabilizáveis e substituíveis a qualquer momento. A maioria deles era composta naturalmente por trabalhadores ou por reconhecidos representantes da classe operária. A comuna não era para ser uma corporação parlamentar, mas trabalhadora, executiva e legislativa ao mesmo tempo [...]. Não só a administração municipal, mas também toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foi colocada nas mãos da comuna<sup>26</sup>.

No entanto, antes que esta suposta forma de "democracia proletária" pudesse instalar-se, Marx também advogou a necessidade de um período de transição do capitalismo ao comunismo – o socialismo – no qual deveria vigorar a ditadura do proletariado:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista media o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a **ditadura revolucionária do proletariado**<sup>27</sup>.

O conceito de "ditadura do proletariado" é um dos conceitos mais controversos de Marx e acabou fornecendo uma justificativa ideológica para o caráter repressivo dos regimes totalitários comunistas do século XX que se apresentavam como a concretização das idéias marxistas.

### 2.2.2. Modelo soviético

Embora Marx tivesse previsto a existência de revoluções proletárias que derubariam a ordem burguesa e instaurariam um novo sistema social, as grandes revoluções socialistas só ocorreram depois de sua morte. Ao longo do século XX, os principais movimentos revolucionários foram a revolução bolchevique (1917), a revolução chinesa (1949), a revolução cubana (1959) e a revolução sandinista (1979). Foi a este conjunto de experiências políticas que buscaram concretizar os ideais socialistas de uma sociedade igualitária que os estudiosos passaram a chamar de "socialismo real" ou socialismo realmente existente.

Mas, apesar da importância destes diferentes acontecimentos foi a Revolução Russa que marcou a história do movimento socialista durante o "breve século

26. Idem, p. 296.

27. MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., vol. 2, p. 220.

XX". Do ponto de vista de seu percurso histórico, a experiência soviética pode ser desdobrada em quatro fases:

• **Período insurrecional** (1917-1924): compreende todo o processo de mobilização política que levou os bolcheviques (em outubro de 1917) ao poder sob a liderança de Lênin (1870-1924), Trotsky (1879-1940) e Stalin (1879-1953). Pode-se colocar nesta fase também a institucionalização dos bolcheviques no poder, seja pela repressão aos seus adversários na guerra civil de 1918-1922, seja pela montagem do novo Estado Soviético que vai até a morte de Lênin, em 1924.

• **Período stalinista** (1924-1953): com a ascensão de Josef Stalin ao poder, a Rússia inicia um longo e planejado processo de industrialização sob a direção e o controle do Estado. Stalin também acentua o caráter repressivo e totalitário do regime soviético, seja através de expurgos dos membros do partido, seja através da existência de campos de trabalhos forçados (chamados de *Gulags*) ou mesmo o extermínio direto de milhões de pessoas. Com a entrada da União Soviética na 2ª guerra, o domínio soviético se estende também para os países do Leste Europeu. Este período é marcado pelo conflito da União Soviética com os Estados Unidos da América, conhecido como "guerra fria".

• **Período pós-stalinista** (1953-1981). Esta fase compreende a liderança da União Soviética pelos seguintes secretários-gerais do Partido Comunista: Nikita Krushev (1953-1964), Leonid Brejnev (1964-1982), Yuri Andropov (1982-1984) e Constantin Chernenko (1984-1985). Neste período, a União Soviética busca diminuir seu grau de conflito com o Ocidente ("degelo") e a repressão interna. Mas, a continuidade do caráter autoritário do regime e o isolamento da União Soviética que não acompanha as transformações econômicas e tecnológicas ocidentais provocam a lenta estagnação e deterioração interna da experiência soviética.

• **Período de crise e decadência** (1985-1991): com a ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder, em 1985, a União Soviética buscou um programa de renovação econômica e política marcada pelas palavras *glasnost* (abertura política) e *perestroika* (reconstrução econômica). Mas, a tentativa de reestruturação do regime comunista acabou acentuando ainda mais as suas contradições internas, levando os países do Leste Europeu a declararem sua independência da União Soviética (queda do muro de Berlim, em 1989), até ser declarada a extinção da mesma, em 25 de dezembro de 1991.

Do ponto de vista de sua estrutura, a organização social do regime socialista soviético assentava-se sobre dois elementos fundamentais. Do ponto de vista

econômico, todo o conjunto das atividades produtivas de iniciativa privada foi eliminado e sua propriedade passou para o Estado (socialização dos meios de produção). Através de planos (chamados de planos quinquenais), o Estado regulava e determinava todos os aspectos da esfera econômica, determinando tanto os tipos quanto a quantidade de bens a serem produzidos. Do ponto de vista político, a espinha dorsal da experiência soviética foi o controle do Estado a partir do partido único. A direção do Estado sob as mãos do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética também era acompanhada por uma série de mecanismos de controle social, como imprensa estatal (o jornal estatal chamava-se *Pravda*), massiva propaganda ideológica mesclada com o culto ao líder e uma forte repressão a cargo da polícia política. Faziam parte destes mecanismos também a proibição do culto religioso e a adoção do materialismo como concepção de mundo do regime socialista<sup>28</sup>.

A existência do Estado soviético sempre provocou enormes polêmicas, tanto no campo da discussão política como no debate acadêmico<sup>29</sup>. Para certos autores, por exemplo, o socialismo soviético era a própria negação das idéias de Marx, pois contrariava o reino de liberdade e igualdade proposto por aquele autor. Mas, para os governantes, a União Soviética era apenas a concretização da "ditadura do proletariado" apregoada por Marx e encontrava-se na fase do socialismo, ou seja, na fase de transição para o comunismo, sua etapa final. Já para outras correntes de esquerda a experiência soviética tinha sido desviada de seu caminho por causa da liderança totalitária de Josef Stalin e, apesar de suas falhas, seria necessário considerar as suas conquistas na área social. Na visão de seus críticos mais radicais, contudo, o caráter totalitário do regime soviético era a prova de que o comunismo é uma ideologia política inviável e indesejável. Seu erro básico está em sacrificar o valor da liberdade e da democracia em nome da igualdade absoluta<sup>30</sup>.

Apesar das contradições do socialismo real, isto não quer dizer que a ideologia socialista não tenha trazido suas contribuições. Duas são particularmente im-

28. Para uma apreciação da teoria e da política em sua versão soviética, sugerimos a coleção de HOBBSBARN, Eric J. *História do marxismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986, 12 vols.

29. Um rico levantamento bibliográfico sobre o debate em torno da definição teórica sobre a natureza do Estado soviético pode ser encontrado em: FERNANDES, Luis. *Leituras do Leste III. O debate sobre a natureza das sociedades e estados de tipo soviético*. In BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 43, 1997, p. 27-66.

30. Um bom relato das atrocidades dos regimes socialistas pode ser encontrado em: COURTOIS, Stéphane, et alii. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

portantes. Em primeiro lugar, o socialismo serviu como uma forma de os trabalhadores se organizarem e lutarem pelos seus direitos. No início do capitalismo, quando ainda não havia proteções sociais, o socialismo foi um meio muito importante para despertar a consciência política dos trabalhadores. Em segundo lugar, o socialismo ajudou a consolidar um valor importante no mundo moderno: o valor da igualdade. De fato, não é possível viver em plena liberdade (como quer o liberalismo) sem as condições sociais básicas para isso e sem justiça social. Até mesmo teóricos do liberalismo, como John Rawls e Michael Walzer, reconhecem a centralidade da questão da justiça, da equidade e da igualdade para a construção de uma sociedade melhor. De qualquer forma, enquanto modelo concreto de organização política da sociedade, o socialismo não existe mais. A grande herança política deste movimento político é a social-democracia, ideologia política que vamos analisar a seguir.

### 2.3. Social-democracia

Se as ideologias de esquerda partem do princípio de que o capitalismo é um sistema econômico que deve ser eliminado e substituído, os grupos social-democratas concordam que ele possui deficiências. Por outro lado, o capitalismo não pode ser eliminado e o melhor que podemos fazer é compensar estas deficiências através da mediação do Estado. Por isso, a social-democracia também é conhecida como ideologia reformista ou do reformismo, pois ela defende a idéia de que o capitalismo pode ser humanizado pela ação consciente das forças políticas. Para entendermos esta posição da ideologia social-democrata, vamos apresentar a sua origem e a sua evolução, bem como o modo como esta ideologia vem buscando adaptar-se à realidade contemporânea (terceira via).

#### 2.3.1. Reforma ou revolução?

Para entendermos corretamente a social-democracia, não podemos esquecer que esta ideologia política nasceu de uma divisão no campo das esquerdas. Acontece que, depois da morte de Marx, as organizações políticas marxistas se dividiram em duas visões diferentes a respeito do processo de transição do capitalismo para o socialismo, gerando dois grupos políticos: os socialistas revolucionários e os socialistas social-democratas. Podemos perceber isto através de um esquema:

Capitalismo	Estratégias de transição	Socialismo/Comunismo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociedade de classes</li> <li>• Exploração</li> <li>• Alienação</li> </ul>	<b>Socialismo Revolucionário:</b> Insurreição/Coletivização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociedade sem classes</li> <li>• Igualdade social</li> <li>• Emancipação humana</li> </ul>
	<b>Socialismo Social-Democrata:</b> Eleições/Reformas graduais	

O que este quadro procura mostrar é que a principal causa da divisão no seio do movimento socialista era a forma de se chegar até a sociedade "sem classes". A estratégia política fundamental dos socialistas revolucionários era a insurreição política que deveria ser uma revolução que tinha como objetivo fazer com que o proletariado organizado conquistasse o poder do Estado. Uma vez conquistado o poder estatal, o proletariado adotaria a estratégia econômica da eliminação da propriedade privada e da coletivização de todas as forças produtivas.

A estratégia do socialismo social-democrata era diferente. Para esta corrente de esquerda, a estratégia política para a conquista do poder passava pela participação dos partidos proletários nas eleições. À medida que os partidos operários fossem chegando ao poder (apoiados pelos votos dos próprios operários), eles adotariam como estratégia econômica um programa de reformas que fosse eliminando os fundamentos da sociedade capitalista e introduzindo, aos poucos, as características de uma sociedade socialista.

Desde a morte de Marx (1883) até o final da Primeira Guerra Mundial (1917), estas duas correntes políticas conviveram em uma entidade cujo nome era II Internacional. Porém, com a fundação da III Internacional (em 1918), o movimento socialista passou a estar definitivamente dividido entre os socialistas revolucionários, organizados em torno da III Internacional, e os socialistas social-democratas, organizados em torno da II Internacional.

A maior conquista dos **socialistas revolucionários** foi a realização da Revolução Russa, no ano de 1917. Aproveitando-se do fim da Primeira Guerra Mundial e dos seus pesados custos sociais (especialmente a fome no campo), os socialistas russos, fortemente organizados em torno do partido bolchevique, derrubaram a monarquia do Czar e conquistaram definitivamente o poder durante o mês de outubro daquele ano.

Desde o seu início, os teóricos do **socialismo social-democrata** já apontavam para as contradições e erros da experiência soviética. Para Eduard Bernstein (1850-1932), autor da obra *O socialismo evolucionário*<sup>31</sup>, alguns princípios teóri-

31. BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

cos das formulações de Marx deveriam ser revistos. Para este autor, o capitalismo estava se modificando e não haveria mais condições para uma simples revolução armada derrubar o capitalismo. De acordo com as palavras do autor, “o movimento é tudo para mim, e o que é habitualmente chamado de objetivo final do socialismo não significa nada”. A mesma idéia era compartilhada pelo teórico austríaco Karl Kautsky (1854-1938). Na obra *O caminho do poder*<sup>32</sup> (1909), Kautsky também apoiava a idéia de formação de partidos operários fortes, que apoiados pelos sindicatos levariam o proletariado ao poder. Por causa de suas teses e das modificações que estes autores introduziram no pensamento marxista, eles ficaram conhecidos como “revisionistas”<sup>33</sup>.

Inspirados pelas idéias dos teóricos do revisionismo ou do reformismo, vários partidos social-democratas foram fundados em toda a Europa. Uma das principais agremiações deste período foi o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), fundado em 1875. Este partido, que foi fundado durante a vida de Karl Marx, teve seu programa político analisado e criticado pelo pai do socialismo científico em sua célebre obra *A crítica do programa de Gotha*. Porém, em 1891, com a influência de Friedrich Engels e especialmente Karl Kautsky, o partido social-democrata alemão adotou o marxismo como referencial político e ideológico. A participação dos partidos social-democratas na vida política da sociedade européia alterou profundamente os rumos do movimento socialista e da própria formação econômica capitalista. A principal realização dos partidos social-democratas na Europa foi a construção do Estado de Bem-Estar Social, que vamos analisar no tópico seguinte.

### 2.3.2. Estado de Bem-Estar Social

O programa político dos partidos social-democratas consistia em ser o representante político da classe operária organizada. Além de estarem organizados em sindicatos, os operários precisavam de um partido que representasse suas aspirações comuns. Deste modo, a união dos sindicatos e do partido levaria os operários ao poder. No entanto, para chegar definitivamente ao poder e exercer o governo, os partidos social-democratas tiveram que ampliar os seus programas e buscar votos em outras classes sociais. Esta atitude, além de debilitar a organização de classes do

operariado, acabou des-radicalizando várias das propostas originais destes partidos. Assim, às vezes sozinhos, às vezes compondo coligações com outros partidos, os partidos social-democratas chegaram ao exercício do poder governamental.

Uma vez no poder, como os partidos social-democratas poderiam introduzir o socialismo? Segundo seus líderes, em vez de uma estatização coletiva das empresas, como foi praticado na URSS, o caminho para o socialismo consistia em um conjunto de reformas graduais pelas quais a sociedade fosse alterando lentamente os seus fundamentos. Mais do que uma mudança drástica da economia, o que importava era administrar o Estado em prol dos trabalhadores, garantindo-lhes benefícios e, principalmente, uma ampla proteção social. Foi assim que se consolidou na Europa o “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*), também chamado de “Estado assistencial”, “Estado benfeitor” ou mesmo “Estado intervencionista”, entre outros nomes.

Na verdade, o princípio de que o Estado deve garantir benefícios sociais para os indivíduos não é uma criação única dos social-democratas. A intervenção do Estado em prol das camadas de baixa-renda e cidadãos necessitados já vinha sendo praticada desde os governos de Otto von Bismarck (1870) na Alemanha. Mesmo partidos de tipo conservador ou liberal já tinham introduzido reformas trabalhistas e promovido benefícios sociais. Todavia, com os social-democratas no poder, a idéia de que o Estado deve garantir a igualdade entre os indivíduos passou a ser vista como um direito do cidadão<sup>34</sup>. E foi com base neste ideal que os governos social-democratas legitimaram sua permanência no poder durante os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Tendo como objetivo exercer o poder, os governos social-democratas adotaram como desafio “administrar o capitalismo” em prol dos trabalhadores. Para transformar seus ideais em um programa de governo concreto, eles passaram a adotar as idéias do economista inglês John Maynard Keynes. Como vimos, de acordo com a teoria de Keynes, as deficiências do capitalismo poderiam ser corrigidas pela intervenção do Estado. Adotando os princípios da economia keynesiana, a social-democracia lançou as bases do Estado de Bem-Estar Social que, segundo Adam Przeworsky, pode ser definido da seguinte forma:

32. KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

33. Para aprofundar o debate em torno dos revisionistas, confira o texto de HOBBSBAWN, Eric. *História do marxismo: o marxismo na época da II internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 2, 1982.

34. Uma das principais obras que mostra esta concepção é o texto de Thomas Marshall, intitulado *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Neste livro, o autor mostra como o Estado de Bem-Estar Social é o ponto culminante da evolução dos direitos no Ocidente. Depois dos direitos de primeira geração (civis) e de segunda geração (políticos), os governos social-democratas ajudaram a consolidar os direitos de terceira geração, ou seja, os direitos sociais.

a estrutura dos sistemas capitalistas instituídos pelos social-democratas foi a seguinte: 1) o Estado responsabiliza-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas privadas, mas que se fazem necessárias para a economia como um todo; 2) o governo regula, especialmente por meio de políticas anticíclicas, o funcionamento do setor privado; 3) o Estado, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado<sup>35</sup>.

Os social-democratas adotaram um "programa econômico" de controle do Estado sobre o mercado e um "programa social" fundado no atendimento de direitos sociais básicos (saúde, educação, transporte, previdência social, proteção contra o desemprego, etc.). A maior parte dos investimentos com direitos sociais era retirada dos impostos, que eram revertidos em benefícios sociais. Usando de uma metáfora, podemos dizer que o *Welfare State* era um "Estado Robin Hood": ele tirava dos ricos (através dos impostos) para dar aos pobres (através de benefícios sociais).

Com a expansão e consolidação do Estado de Bem-Estar Social (especialmente após a Segunda Guerra Mundial), o capitalismo passou a viver um momento de acelerado desenvolvimento econômico e os benefícios deste crescimento puderam ser revertidos para os trabalhadores através dos mecanismos criados pelo *Welfare State*. De fato, os social-democratas haviam conseguido realizar seu principal objetivo no poder: humanizar o capitalismo e colocá-lo a serviço dos trabalhadores. Porém, como consequência de todo este processo, os social-democratas abandonaram seu objetivo inicial: a construção do socialismo. Com a melhoria das condições econômicas e sociais, os trabalhadores acabaram se adaptando ao sistema capitalista e deixaram de lutar pela derrubada da exploração capitalista. As experiências social-democratas preferiam "domar" o capitalismo a construir um outro tipo de sociedade. Como mostra Przeworski:

As reformas levariam ao socialismo se e somente se fossem 1) irreversíveis; 2) cumulativas em seus efeitos; 3) conducentes a novas reformas; 4) orientadas para o socialismo. Como vimos, os socialistas reformistas, desde a década de 1890, julgavam que as reformas de fato satisfariam todas essas condições e assim, gradualmente, chegar-se-ia ao socialismo. Até o presente, pelo menos, isso não aconteceu<sup>36</sup>.

35. PRZEWORSKI, *op-cit.*, 1989, p. 36.

36. PRZEWORSKI, *op-cit.*, p. 282-283.

Atualmente, portanto, a social-democracia adota o princípio de que o capitalismo não pode ser superado, seja através de uma revolução, ou mesmo através de reformas graduais. De acordo com os pressupostos da social-democracia, o capitalismo pode ser reformado ou mesmo humanizado, tendo como instrumento mediador a ação do Estado. Cabe ao Estado garantir o equilíbrio do mercado, a redistribuição de renda e a concessão de benefícios sociais.

### 2.3.3. Terceira Via

Durante a década de 70, devido às mudanças nos padrões produtivos, os gastos com o Estado de Bem-Estar Social acabaram colocando em xeque os fundamentos das políticas sociais. A excessiva tributação sobre as indústrias comprometia a produção e a própria fonte de renda do Estado. Por outro lado, o aumento do desemprego estrutural (fruto da automação) aumentou o número de beneficiados pelo Estado. O *Welfare State* se viu diante de um duplo dilema: suas fontes de renda diminuíram e os seus dependentes aumentaram. Foi este fenômeno que, seguindo a obra clássica de James O'Connor, os estudiosos passaram a chamar de "crise fiscal" do Estado. Durante as décadas de 80 e 90, diante da retração das políticas social-democratas, vários países da Europa e os Estados Unidos foram substituídos por partidos de direita inspirados no neoliberalismo. Estes governos adotaram uma intensa política de privatizações e de cortes nos gastos sociais do Estado.

Para reagir diante desta situação, os partidos social-democratas europeus resolveram mudar seus programas e adaptar a social-democracia às características da sociedade contemporânea marcada pelos fenômenos da informatização e da globalização. Assim, o partido trabalhista britânico voltou ao poder em 1996 (Tony Blair), o partido socialista francês em 1997 (Leonel Jospin) e o partido social-democrata da Alemanha em 1998 (com Gerhard Schröder). Até nos Estados Unidos da América, as rígidas políticas neoliberais do republicano Ronald Reagan foram substituídas pelo discurso social-democrata do presidente Bill Clinton (1992-2000). Para voltar ao poder, os social-democratas passaram a adotar o discurso da Terceira Via, definida por Anthony Giddens da seguinte forma:

Vou supor que "terceira via" se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo<sup>37</sup>.

37. GIDDENS, Anthony. A terceira via. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 36; A terceira via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Partindo do pressuposto de que o socialismo está morto, Giddens propõe que a social-democracia se desligue definitivamente da esquerda e se pergunta: "qual deveria ser sua orientação num mundo em que não há alternativas ao capitalismo?" Para combater o neoliberalismo triunfante (Primeira Via), o novo centro deve abandonar as premissas da velha social democracia (Segunda Via) e adotar um novo leque de medidas políticas e econômicas, chamadas de Terceira Via<sup>38</sup>. Atualmente, os governantes que defendem esta vertente de idéias denominam as suas propostas de "governança progressista".

Patrocinada especialmente pelo governo de Tony Blair, na Inglaterra, a idéia da Terceira Via perdeu muita força com a adesão do primeiro-ministro inglês à política externa americana de combate ao terrorismo. De qualquer forma, no início do século XXI, as idéias neoliberais de liberdade irrestrita de mercado começaram a ser questionadas novamente, abrindo um importante espaço para os defensores da ação do Estado em prol do desenvolvimento econômico e da promoção da justiça social.

### 3. A SEGUNDA MODERNIDADE E A CRISE DAS IDEOLOGIAS

As transformações sociais que nos levaram na direção da chamada "segunda modernidade" modificaram profundamente o papel das ideologias políticas na sociedade contemporânea, além de afetarem a própria percepção dos analistas sociais a respeito do valor e dos limites das ideologias políticas. As linhas a seguir resumem parte deste debate e buscam também apresentar uma avaliação "empírica" e "valorativa" do fenômeno das ideologias políticas na segunda modernidade.

Do ponto de vista empírico, a segunda modernidade é marcada pelo que ficou conhecido como a crise das ideologias. Esta crise já vinha sendo identificada desde as décadas de 60 e 70 por autores como Raymond Aron, Edward Shils, Daniel Bell e Seymour Martin Lipset. O que o estudo destes autores mostrou é que a clivagem direita x esquerda vinha se tornando cada vez mais irrelevante para o comportamento político dos cidadãos ocidentais e que, cada vez mais, critérios culturais ou ainda pessoais é que guiavam a escolha política dos eleitores<sup>39</sup>. Final-

38. Outras discussões sobre a social-democracia podem ser encontradas ainda em: HUTTON, Will. *O Estado que temos hoje*. São Paulo: Instituto Teotônio Vilela, 1998; HUTTON, Will. *Como será o futuro Estado*. Instituto Teotônio Vilela, 1998; PEIXOTO, João Paulo & CARDIM, Carlos Henrique. *Dimensões da social-democracia brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997; POULAIN, Jean Claude. *A social-democracia na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

39. ARON, Raimond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: UnB, 1980; BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: UnB, 1980; LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

mente, com a queda do muro de Berlim (em 1989) e o fim da União Soviética (em 1991), alguns autores proclamaram a morte definitiva das ideologias. Entre os principais escritos que decretaram o fim das concepções ideológicas está o famoso texto de Francis Fukuyama, chamado *O fim da história*<sup>40</sup>. Para este autor, o capitalismo de mercado associado à democracia representativa seria o estágio final da história humana: não restaria qualquer alternativa para transcender estas formas de organização econômica e social.

Visando contrapor-se a esta tese, Norberto Bobbio, no texto *Direita e esquerda*<sup>41</sup>, busca refletir sobre as razões e os significados que ainda tornam válida a percepção de que a sociedade continua dividida em duas forças antagônicas. Para Bobbio, todas aquelas propostas políticas que se inspiram no valor fundamental da igualdade são ideologias de esquerda, caracterizando-se a direita pelo fato de tolerar a desigualdade em nome de outros valores e princípios. Sem negar a validade do esquema direita e esquerda para o entendimento do mundo contemporâneo, posição diversa é adotada pelo sociólogo inglês Anthony Giddens. No texto *Para além da esquerda e da direita*<sup>42</sup>, Giddens insiste na idéia que estas duas ideologias políticas trocaram suas posições. Atualmente, é a esquerda que se tornou uma força conservadora (olhando para o passado do estatismo soviético ou do Estado de Bem-Estar Social), enquanto a direita, inspirada no neoliberalismo, possui uma proposta para o futuro do capitalismo.

Embora concordemos com a tese de que as principais ideologias políticas da era moderna simplesmente não desapareceram, não há como negar um enfraquecimento dos ideais políticos da primeira modernidade. Este enfraquecimento acontece por dois motivos fundamentais: excesso e carência. Por "excesso" estamos nos referindo ao fato de que os valores da liberdade e da igualdade defendidos por direita e esquerda ao longo da era moderna tornaram-se valores já consolidados no imaginário ocidental. Desta forma, eles não provocam as divisões e mobilizações políticas da primeira modernidade, pois, de certa forma, são aceitos por todos. Já a "carência" aponta para o fato de que na segunda modernidade apresentam-se problemas de organização coletiva que não podem ser respondidos no quadro das ideologias tradicionais. Questões como meio-ambiente, direitos da mu-

40. FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

41. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1994.

42. GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.

lher, riscos de grande ameaça, a individualização social e outros problemas da segunda modernidade não encontram resposta nas visões totalizadoras da sociedade industrial da primeira modernidade.

Do ponto de vista normativo, o caso das ideologias totalitárias (tanto de direita quanto de esquerda) e seus reflexos práticos ao longo do século XX (nazismo, fascismo e stalinismo) mostram que o exagero na valorização das ideologias pode levar a política na direção do fundamentalismo. As ideologias têm valor na medida em que alimentam a política de princípios e valores, mas quando são absolutizadas como verdades incontestáveis acabam destruindo a própria comunidade social e política. Partindo da sugestão de Zelyko Loparic<sup>43</sup>, podemos identificar três elementos que costumam ser enfatizados quando há uma valorização exclusivista de alguma ideologia política. No esquema de Loparic, estes elementos são a "fisis" (natureza), o "nómos" (regras sociais) e o "lógos" (razão). Relacionando estes elementos com as ideologias, temos o seguinte esquema:

Periculosidade das ideologias		
Princípio	Definição	Ideologias
1) Fisis	Valorização das forças da natureza	Nazismo Conservadorismo
2) Nómos	Valorização das forças sociais e humanas	Estalinismo Anarquismo
3) Lógos	Valorização do racionalismo	Tecnocratismo Liberalismo

A reflexão acima não quer negar o papel dos valores e princípios para a orientação da prática política. Mas chama a atenção para o fato de que as ideologias tornam-se um perigo quando, a partir da supervalorização de um princípio, partem para a totalização de algum projeto societário e político. As ideologias políticas do século XXI precisam mais do que desprender-se dos problemas da sociedade industrial. Os ideais da segunda modernidade não podem ser projetos fechados e totalizantes, e devem assumir o caráter aberto e contingente da segunda modernidade.

43. LOPARIC, Zelyko. *Heidegger réu: um ensaio sobre a periculosidade da filosofia*. Campinas: Papirus, 1990.